

# Prorrogação de prazo abre crise na CPI

BRASÍLIA — Os interesses eleitorais causaram ontem mais divergências na CPI da máfia do Orçamento, que se dividiu entre a conveniência de se prorrogar ou não o prazo para investigações, cuja conclusão está marcada para 17 de janeiro. O deputado Aloizio Mercadante (PT-SP) e o senador José Paulo Bisol (PSB-RS) irritaram os demais integrantes da Mesa quando propuseram que esta defendesse a prorrogação e deixasse para o plenário da CPI a responsabilidade de decidir a questão.

— O mínimo que se tem que ter é caráter. Além do mais, a prorrogação da CPI é contrária aos interesses do Congresso, do país e dos anseios da sociedade — disse o vice-presidente da CPI, Odacir Klein (PMDB-RS).

O presidente da comissão, senador Jarbas Passarinho (PPR-PA), também criticou o comportamento de Bisol e Mercadante, mas de forma sutil. O deputado Robson Tuma (PL-SP) foi taxativo:

— Esses caras não entendem que a CPI não pode ser transformada em palanque eleitoral. Não dá para defender uma prorrogação que só vai prejudicar o Congresso e as eleições.

Já o deputado Sérgio Miranda (PCdoB-MG) apoiou Mercadante e Bisol, dizendo ser favorável à prorrogação.

— O prazo é muito curto para se aprofundar as investigações — disse Miranda.